



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: **255 / 2022**

Data: **06/05/2022 12:45**

Apenso(s)

CAI: 3701

Pg nº

001

Incorporado(s)

CMA

Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Endereço: 29192-733 AVENIDA MOROBA,20 - MOROBÁ - Aracruz/ES

Complemento
do Endereço:

Telefone(s):

Assunto: PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 027/2022.

ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APROVADO TURNO ÚNICO

~~12/15/2022~~

~~President John F. Kennedy~~

PROJETO DE LEI N.º 027/2022.

ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica acrescido ao Parágrafo único, do art. 7º, da Lei n.º 4.407, de 08/10/2021, o Inciso I, com a seguinte redação:

“Art. 7º ...

Parágrafo único. ...

1 - O VBR_{TMRS} poderá ser revisto sempre que houver aumento na quantidade total de domicílios com serviço a disposição.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 05 de maio de 2022.

[illegible]

Assinado digitalmente por LUIZ CARLOS COUTINHO:
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=prossociado, CN=342831600010
OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=ARQUIVOS, OU=RFB e CPF A3, CN=LUIZ CARLOS
COUTINHO, C=BR, E=320103037M
Razão: Este é o autor deste documento
Localização: em localização de assinatura aqui
Data: 2022.06.06 17:31:13-03'00'
Fórmula Versão: 10.1.0

Aracruz/ES, 05 de maio de 2022.

MENSAGEM N.º 027/2022

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência e demais Vereadores, o presente projeto de lei que objetiva a revisão do Valor Básico de Referência da Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos – **VBR_{TMRS}**, implantado no município de Aracruz.

A Lei n.º 4.407/2021 que instituiu a cobrança sobre o serviço de limpeza não contemplou todos os usuários do serviço, vez que as informações do cadastro imobiliário do Município encontram-se desatualizadas, haja vista que o último recadastramento ocorreu no ano de 2014, razão pela qual foi necessário uma adequação no estudo realizado preliminarmente, para inclusão de novas unidades habitacionais, desta feita utilizando-se dados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN.

Após compilação dos dados, o município obteve maior número de unidades habitacionais passíveis de receberem a cobrança da TMRS. Razão disso, necessário a alteração da lei para incorporação dos novos imóveis ao total utilizado para o cálculo da referida taxa, o que trará uma redução do valor da mesma.

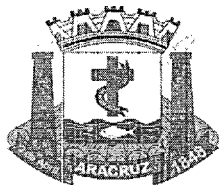
Desta forma, solicitamos a apreciação e aprovação dos nobres vereadores a este projeto de lei, **em regime de urgência**.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

**LUIZ CARLOS
COUTINHO: 30301599734**

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº

005

80

CMA

APROVADO TURNO ÚNICO

12/05/2022

Presidência CMA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 027/2022

EMENTA: ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

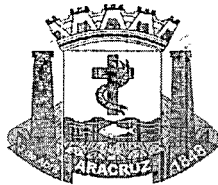
AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JEAN PEDRINI - Vereador

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 027/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Lei n.º 4.407/2021 que instituiu a cobrança sobre o serviço de limpeza não contemplou todos os usuários do serviço, vez que as informações do cadastro imobiliário do Município encontram-se desatualizadas, haja vista que o último recadastramento ocorreu no ano de 2014, razão pela qual foi necessário uma adequação no estudo realizado preliminarmente, para inclusão de novas unidades habitacionais, desta feita utilizando-se dados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº
006
CMA

Após compilação dos dados, o município obteve maior número de unidades habitacionais passíveis de receberem a cobrança da TMRS. Razão disso, necessário a alteração da lei para incorporação dos novos imóveis ao total utilizado para o cálculo da referida taxa, o que trará uma redução do valor da mesma.

Passo a Opinar.

II - COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

Nos termos do artigo 30, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda no teor do art. 32, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Lei.

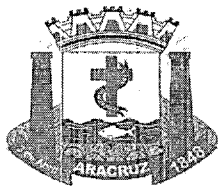
III ANÁLISE DOS ASPECTOS CONSTITUCIONAL, LEGAL, REGIMENTAL, JURÍDICO E DE TÉCNICA LEGISLATIVA DO PROJETO DE LEI

A rigor o Projeto de Lei nº 027/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em relação a competência do executivo, esta está prevista no art. 30¹ da Carta da República, incisos I² e II³, a qual é exclusiva do ente Municipal, em se tratando de interesse local.

¹ Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:

² I - legislar sobre assuntos de interesse local;

³ II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Portanto, considero que o presente projeto não apresenta vício de iniciativa e, nesse aspecto, pode prosperar.

IV - DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria, tendo em vista que a presente proposição somente dispõe sobre matéria orçamentaria.

Nesse sentido, o projeto está alinhado aos princípios constitucionais e no campo da constitucionalidade material, merecer prosperar.

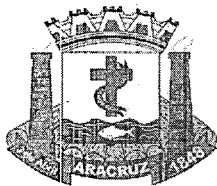
V - DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

O art. 59 da Carta da República estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Doura feita, o art. 28 da Lei Orgânica do Município de Aracruz dispõe que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções.

Da leitura dos dispositivos, é possível observar que a Lei Orgânica do Município de Aracruz não previu qualquer hipótese de lei complementar, pelo que se deve observar a disposição do artigo 47 da carta magna.

Lado outro, de bom alvitre ressaltar que apesar de o art. 146, III, da Constituição Federal dispor que cabe à lei complementar tratar das normas GERAIS de direito tributário, tal obrigação seria direcionada exclusivamente à União nos termos do



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº

008
CMA

art. 24, I, § 1º da CF/88), de modo que as normas estaduais e municipais sobre matéria tributária não estariam sujeitas ao mesmo regime das leis complementares.

Dessa forma, entendo que por se tratar de Projeto de Lei ordinária deve ser observado o quórum de MAIORIA SIMPLES para aprovação, desde que presentes a maioria absoluta dos vereadores em plenário.

VI - DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que foi com a promulgação da LC da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o Projeto de Lei, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

VII - CONCLUSÃO

Após exame da matéria e da análise o Projeto de Lei nº 027/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., esta Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE da proposição.

Aracruz/ES, 11 de maio de 2022.


JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
RELATOR



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 027/2022

“ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: CARLINHOS MATHIAS

APROVADO TURNO ÚNICO

12/10/2022

Presidência CMA

I- RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que objetiva “ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Por fim, cumpre destacar que a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação pugnou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei em comento.

A Lei n.º 4.407/2021 que instituiu a cobrança sobre o serviço de limpeza não contemplou todos os usuários do serviço, vez que as informações do cadastro imobiliário do Município encontram-se desatualizadas, haja vista que o último recadastramento ocorreu no ano de 2014, razão pela qual foi necessário uma adequação no estudo realizado preliminarmente, para inclusão de novas unidades habitacionais, desta feita utilizando-se dados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE e Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN

Após compilação dos dados, o município obteve maior número de unidades habitacionais passíveis de receberem a cobrança da TMRS. Razão disso, necessário a alteração da lei para incorporação dos novos imóveis ao total utilizado para o cálculo da referida taxa, o que trará uma redução do valor da mesma

II – COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADAS DE CONTAS

Neste diapasão, cabe à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomadas de Contas as atribuições contidas no art. 30, II, do Regimento Interno, que aduz:

“Art. 30 Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

II - À Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) A matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do município, ou repercutem no patrimônio municipal.

b) Os projetos de plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e da prestação de contas do Prefeito Municipal e da Mesa da Câmara.



- c) Todas as proposições que, quanto ao aspecto financeiro, concorram diretamente para aumentar ou diminuir a despesa, assim como a receita pública.
- d) Todas as proposições decorrentes da competência prevista no artigo 40 da Constituição Estadual e artigo 84 da Lei Orgânica do município.

Sendo assim, a presente matéria é pertinente para apreciação desta Comissão.

III ANÁLISE DOS ASPECTOS DA ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS.

A rigor o Projeto de Lei nº 027/2022, de autoria do chefe do Poder Executivo, o qual ACRESCE INCISO I, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º, DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Em relação a competência do executivo, esta está prevista no art. 301 da Carta da República, incisos I 2 e II 3, a qual é exclusiva do ente Municipal, em se tratando de interesse local.

Portanto, considero que o presente projeto não apresenta vício de iniciativa e, nesse aspecto, pode prosperar.

IV - DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO

O art. 59 da Carta da República estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Doura feita, o art. 28 da Lei Orgânica do Município de Aracruz dispõe que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções.

A Constituição Federal estabeleceu, no Parágrafo Único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que foi com a promulgação da LC nº 95/98. Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o Projeto de Lei, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise do Projeto de Lei, opino favoravelmente a matéria em questão, bem como sejam adotadas as cautelas de estilo para prosseguimento do presente.

Aracruz/ES, 12 de maio de 2022.


CARLINHOS MATHIAS
Relator



MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 8ª Sessão Extraordinária

Data: 12/05/2022

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 027/2022 – ACRESCE INCISO I AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA		COMISSÃO DE FINANÇAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
ANDRÉ CARLESSO	X		X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	Ausente		Ausente	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	Ausente		Ausente	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	Ausente		Ausente	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente			
LUIZ CARLOS MATHIAS	X		X	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X	

RESULTADOS:

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Favoráveis: 13 votos

Contrários: 00 votos

COMISSÃO DE FINANÇAS

Favoráveis: 13 votos

Contrários: 00 votos


Marcelo Cabral Severino
1º Secretário



MAPA DE VOTAÇÃO

Turno Único: 8ª Sessão Extraordinária

Data: 12/05/2022

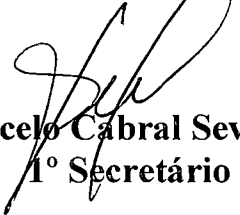
PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 027/2022 – ACRESCE INCISO I AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 4.407, DE 08/10/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VEREADOR	PROJETO DE LEI	
	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X	
ANDRÉ CARLESSO	X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	Ausente	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	Ausente	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	Ausente	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X	
LUIZ CARLOS MATHIAS	X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA		X

RESULTADOS:

Favoráveis: 12 votos

Contrários: 01 votos


Marcelo Cabral Severino
1º Secretário



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OFÍCIO Nº 290/2022

Gabinete da Presidência

Aracruz, 13 de maio de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal de Aracruz
Av. Morobá, 20, Bairro Morobá
29192-733 Aracruz/ES

Assunto: Encaminha autógrafo do Projeto de Lei nº 027/2022 - Poder Executivo.

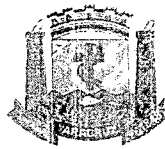
Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 027/2022 - Acresce inciso I, ao Parágrafo único do artigo 7º, da Lei nº 4.407, de 08/10/2021, e dá outras providências, o qual foi aprovado em Turno Único na 8ª Sessão Extraordinária, realizada em 12/05/2022, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

Cordiais Saudações,

JOSÉ GOMES DOS SANTOS - LULA
Presidente da Câmara Municipal de Aracruz/ES



OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 117/2022.

Aracruz, 19 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ GOMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Aracruz - ES

Assunto: Encaminha Lei n.º 4.463/2022.

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, encaminhamos a Lei n.º 4.463/2022, originária do Projeto de Lei n.º 027/2022, que acresce inciso I, ao parágrafo único do art. 7º, da Lei n.º 4407/2022 (VBR^{TMRS}) sancionada por este Executivo nesta data, para as providências por parte dessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



CAMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ

Providencia e Despacho por Setor

Processo nº

255 / 2022



LEGISLATIVO

PROVIDÊNCIA

Despacho: ARQUIVADO

Sancionada a Lei nº 4.463, de 19 de maio de 2022, finalizo o processo e recolho para arquivamento.

Pg nº

036

90

CMA

Aracruz, 06 de Junho de 2022 14:12

Wellington Tobias Pereira
LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ



Tentativas de Envio


0

(P) Processo Principal

(A) Processo Anexado

(I) Processo Incorporado


REMESSA DE PROCESSOS

Remessa	Órgão Emissor:
1-1550/2022	001..00100107 - LEGISLATIVO - CONVERSÃO
06/06/2022 14:12	Órgão Receptor:
	001.001001.00100118 - ARQUIVO LEGISLATIVO - CONVERSÃO
	Aos Cuidados de:

Processo	Requerente / Órgão Solicitante / Beneficiário	Assunto
255 / 2022 (1)	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ	PROJETO DE LEI

Quantidade: 1

Pg nº
037
CMA

Remessa	Órgão Emissor:	Tentativas de Envio
1-1550/2022	001..00100107 - LEGISLATIVO - CONVERSÃO	0
06/06/2022 14:12	Órgão Receptor:	
	001.001001.00100118 - ARQUIVO LEGISLATIVO - CONVERSÃO	
	Aos Cuidados de:	

Enviado Por:

Recebido Por:

WELINGTON TOBIAS PEREIRA